

Preservar a natureza evita catástrofes

» ALDO PAVIANI

Geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

De modo geral, a mídia utiliza o termo meio ambiente para se referir à natureza viva, onde o homem está inserido. Há características ambientais que nos fazem manter e perpetuar as condições do ambiente como essenciais à vida no “planeta azul”. De fato, os componentes ambientais são inseparáveis: a vegetação, os lagos e oceanos, o solo e a chuva. Especialmente na Amazônia e no bioma cerrado, a existência de árvores facilita a manutenção da umidade ambiental e evita erosões. Em condições ideais, ocorrerá ambiente propício para que se formem nuvens e a possibilidade de que ocorram chuvas.

Aliás, no atual período, que a agenda ambiental demarca como sendo mais úmido e propício às precipitações atmosféricas, parece ter se modificado, pois só se percebem chuvas esparsas e ocasionais e não em todo o território como era de esperar. Por isso, aqui e ali, não se formam nuvens propícias às chuvas. Provavelmente, dirão alguns, o período chuvoso se retardou. Ou, o que é pior, vamos enfrentar as mal-fadadas mudanças climáticas, que a mídia de todo o mundo passou a acompanhar. Veremos o que acontece até maio, quando poderá se iniciar o período seco no Centro-Oeste brasileiro.

Mas o que esperar se a natureza é agredida ou desrespeitada? Em diversos pontos da cidade notam-se podas radicais em árvores que poderiam permanecer frondosas, proporcionar sombra, ser abrigo noturno para os pássaros, manter o subsolo úmido e embelezar o ambiente com o verde exuberante. Contudo, não é o que acontece: troncos jazem na sarjeta e são testemunhas de que temos menos uma árvore no ambiente urbano, já tão impermeabilizado com construções, asfalto e obras urbanas de variadas naturezas.

As ações humanas vão modificando os territórios, antes abertos e ocupados por florestas, rios não poluídos e variada gama de animais silvestres, estes, aos poucos dizimados com desequilíbrios no ambiente natural. Entre as ações que podem ser bem percebidas estão as queimadas em matas, florestas e no cerrado. Não apenas se dizem árvores, mas

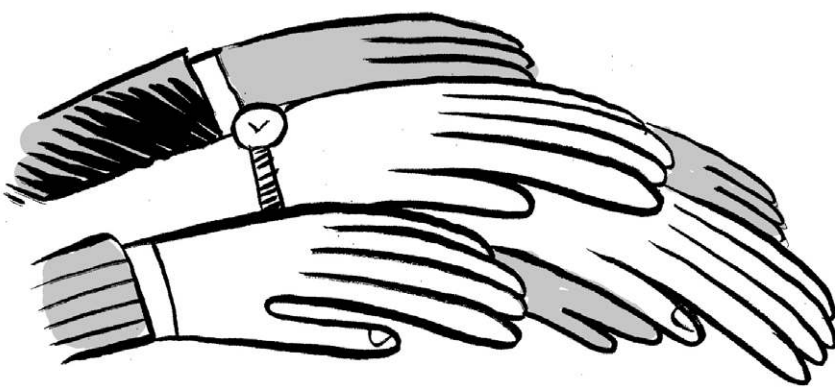
igualmente o fogo destrói o habitat dos animais que nele vivem. É importante preservar fauna e flora originais para que as gerações futuras possam dar continuidade e, se possível, ampliando as espécies existentes. A natureza espera atitudes sensatas para que plantas e animais possam ser protegidos para que se mantenha o cenário verde com o solo fértil. Se o desaparecimento do verde for muito rápido, poderemos presenciar a desertificação. No solo gaúcho, próximo a fronteira com a Argentina e Uruguai, há porções do território desertificado, provavelmente sem retorno para as pastagens que alimentavam o gado lá existente.

Igualmente, no Nordeste brasileiro, sobretudo no Piauí, há porções desertificadas com impossibilidade de cultivos de qualquer espécie vegetal; o que torna a desertificação um grave problema para a produção de alimentos, onde há populações famintas, empobrecendo ainda mais a região. Igualmente se constata que as chuvas são intermitentes ou mesmo escassas para cultivos e criação de animais para abate.

No restante do país há desequilíbrio ambiental, quanto a ocorrência de chuvas. O Correio Braziliense publicou em fins de dezembro do ano passado que as fortes chuvas “castigam 116 municípios baianos” e “deixaram 20 mortos e 358 feridos”, além 31.405 desabrigados e 31.391 desalojados. Por solidariedade, outros estados fizeram muitas doações de diversas naturezas para mitigar as perdas dos baianos, inclusive com o deslocamento de bombeiros do DF para colaborar nesse período de catástrofe pluviométrica que ocorreu na Bahia.

Presentemente, foi a vez de São Paulo sofrer com a ocorrência de temporais, que destroem e matam, segundo registra o matutino brasileiro em 31 de janeiro passado. Para ter uma ideia dos prejuízos e sofrimento dos paulistas, o jornal informa que “inundações e deslizamentos” ocorrem na capital e no interior de São Paulo, com feridos, mortes, famílias desalojadas e desabrigadas. Recursos extras no orçamento estadual e ajuda federal deverão reduzir os prejuízos que essas catástrofes ocasionaram.

Tendo o Brasil porte continental, não é de todo despropositado recomendar medidas preventivas que possam proteger a população e manter o equilíbrio ambiental para minorar essas tragédias. Um aspecto importante é manter as matas e as florestas nativas, que sempre trarão benefícios. Se, ao contrário, houver desmatamento e queimadas, o território sofrerá as consequências da insanidade. Por isso, florestas e matas, sobretudo as matas ciliares, são necessárias para manter o ambiente natural em “estado estável”, como determina a Teoria dos Sistemas. Todos devem assumir sua responsabilidade no equilíbrio ambiental.



G O M E Z

Educação: uma ferramenta crucial para o agro do século 21

» MANUEL OTERO

Diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

A educação é um bem público essencial. Sem uma formação de qualidade, inclusiva e equitativa, os países não vão romper o ciclo de pobreza que deixa para trás milhões de meninos e meninas, jovens e adultos.

Essa certeza cobra ainda mais relevância diante do impacto da crise da covid-19. Os países precisam recuperar suas economias e superar as graves consequências causadas pela pandemia. A educação é chave para isso.

Um espaço de atuação inadiável dessa agenda é a agricultura, os territórios rurais e a sua integração com os centros urbanos. A materialização de seu potencial requer inovação e tecnologia para acionar círculos virtuosos de crescimento econômico, geração de emprego e redução do abismo social.

Na América Latina e no Caribe, a agricultura é uma atividade central e uma das poucas que se mantiveram ativas desde o surgimento da covid-19. Nos próximos anos, dará outro salto qualitativo incorporando as vantagens da digitalização e outros avanços tecnológicos.

Trata-se de uma mudança inexorável que requer a formação de novas capacidades, pois a digitalização da agricultura pode contribuir para aumentar a oferta e a qualidade dos alimentos no âmbito de uma relação harmônica com o meio ambiente.

Para acompanhar esses processos, será

necessário que a população rural e as novas gerações tenham acesso a uma formação adequada, que permita capitalizar os benefícios da “quarta revolução industrial” nos processos transformadores da agroindústria.

Não é a tecnologia por si que pode proporcionar essas mudanças, mas o talento humano e as organizações, devidamente empoderadas, que permitem desenvolvê-las. Por isso, uma vez instalada a agenda da digitalização na atividade rural, é necessário dar um passo adiante para que a educação permita que a população rural assumam um papel de protagonista.

Nos últimos anos, por meio de esforços conjuntos, organismos internacionais como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e seus aliados no setor privado, como a Microsoft, alertaram sobre a urgência de resolver problemas de conectividade rural e de desenvolver habilidades digitais.

Há uma diferença de 34 pontos percentuais no acesso à conectividade entre as áreas urbanas e rurais nos territórios latino americanos e caribenhos e limitações no desenvolvimento das habilidades digitais nas zonas rurais, onde apenas 17,1% contam com aptidões digitais específicas.

Além disso, apenas 33% das escolas da América Latina têm disponibilidade de banda larga ou velocidade de internet considerada

suficiente. No caso das áreas rurais, oito de dez países, menos de 15% das escolas, contam com essas condições.

A pandemia afetou principalmente a educação, com o fechamento de escolas e a evasão escolar. Segundo a Unesco, 3,1 milhões de jovens, meninos e meninas, foram excluídos da educação em nossa região. Este panorama permite enumerar os desafios que uma agenda para a educação precisa enfrentar.

É prioridade nos alinharmos às demandas do futuro e melhorar o desenvolvimento da educação agrotécnica, modernizando as instituições educativas no âmbito rural para formar recursos qualificados entre a população jovem, favorecendo as raízes, os vínculos com os setores produtivos e o desenvolvimento integrador e inclusivo dos territórios e de sua população.

Temos que formar os líderes que vão transformar nossos sistemas agroalimentares. Para isso, oferecer as melhores oportunidades por meio de uma formação de excelência nas escolas agrotécnicas deve ser prioridade.

Esse é o caminho para assentar as bases de uma nova ruralidade: melhor educação, conectividade plena e uma população preparada para o uso intensivo e inteligente das novas tecnologias, para consolidar os territórios como zonas de oportunidades e motores do desenvolvimento econômico.

OCDE e o Acordo de Livre Comércio com o Reino Unido: oportunidades para o Brasil

» ANA PAULA VITELLI

Presidente da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil

A aprovação pelos membros do conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na semana passada para que o Brasil dê início, de maneira formal, às negociações para entrar na entidade, comumente considerada “clube dos países ricos”, nos aponta uma série de mudanças de postura e adesão a diversos instrumentos normativos aos quais teremos que nos submeter. Como forma de mostrar seu interesse, o Brasil havia iniciado o processo e, até essa semana, foram 103 adesões dos 251 instrumentos necessários.

Formalmente, os países da OCDE estão comprometidos com o cumprimento de boas práticas para o funcionamento de seus governos e economias. Essas boas práticas fazem parte do dia a dia de comitês de associados da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil (Britcham), que visam fomentar discussões e atividades focadas em diversos temas, ampliando a sinergia na agenda do Brasil com o Reino Unido e as relações comerciais e de investimentos já existentes, sempre em aprimoramento.

A entrada na OCDE vai ao encontro do que a Britcham tem discutido há mais de um ano em relação ao acordo de livre comércio entre Brasil e Reino Unido. Uma das sinalizações do governo brasileiro, anunciada em 28 de janeiro último, diz respeito à proposta de zerar, até 2029, a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em transações com moeda estrangeira. Tamanha iniciativa poderia mudar um cenário negativo, que mostra que, sem os devidos acordos, empresas acabam pagando mais tributos para comercializar serviços em nosso país, o que resulta em uma fuga de investimentos. O alinhamento das regras brasileiras às da OCDE seria um passo importante para atrair mais investidores.

No final do ano passado, o Comitê de Comércio e Investimentos Internacionais e o Comitê Legal, Tributário & Regulatório da Britcham organizou o Congresso Relações Bilaterais Brasil-Reino Unido, quando foi apresentado um estudo feito pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), em parceria com outros órgãos, com 50 multinacionais que investem no Brasil. A pesquisa apontou que 86% das empresas consideraram que um acordo para evitar a dupla tributação aumentaria o comércio de serviços entre os países, com estímulo ao comércio de bens, redução de custos de financiamento e aquisição de novas tecnologias. Com a OCDE e a consequente adesão a diversas regras e ordenamentos regulatórios, o país avançaria em aspectos como maior estabilidade jurídica e econômica, ampliando questões tributárias e resolvendo pontos como alíquotas máximas a serem aplicadas em cada um dos rendimentos.

Entendemos, assim, que há muitas possibilidades de ampliar a sinergia na agenda do Brasil com o Reino Unido e as relações comerciais e de investimentos existentes a partir da nossa entrada na OCDE.

A Britcham, dado o potencial de cooperação em diversos temas, como mineração, agrotécnicas, tecnologias, energias renováveis, meio ambiente e economia verde, entre outros, tem muito a contribuir. Observando os valores que a OCDE preconiza para entrada de um país em sua organização, destacamos para análise brasileira a “preservação da liberdade individual; valores da democracia; proteção de direitos humanos; além de economias de mercado abertas, competitivas, sustentáveis e transparentes”.

Soma-se a tudo isso, o compromisso diário da Câmara Britânica na promoção de um crescimento econômico sustentável e inclusivo, contribuindo com debates que visem, por exemplo, zerar emissões de carbono e progredir para uma agenda de meio ambiente e do clima cada vez mais eficaz.

Nesse contexto, o posicionamento da Britcham durante a 26ª Conferência das Partes (COP26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Glasgow no último mês de novembro, reforçou a atuação da Câmara Britânica frente a discussões e no fomento de novas ideias acerca de temas de relevância social, ambiental e econômica. Temos sido palco para realização de webinars e reuniões setoriais como forma de contribuir com governos e empresas para tais mudanças, estando dispostos a agir em todo o processo.

A Câmara Britânica reconhece que há muito o que se fazer para a melhoria do ambiente de negócios e para uma maior inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. E com o foco de todos os agentes brasileiros, nas esferas pública e privada, em ações concretas para garantir a efetivação de acordos e promessas firmadas, haverá a melhoria de nossa imagem no âmbito internacional. Essa mudança refletiria diretamente na atração de novos investimentos para diversos setores de nossa economia.